



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Educação laboral para pessoas cegas e surdas no Brasil oitocentista

Labor education for blind and deaf people in nineteenth-century Brazil

Flávio Gonzalez

Orcid: 0009-0009-6373-2296

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Email: flaviogonzalez@usp.br

Cassia Geciauskas Sofiato

Orcid: 0000-0001-5291-9658

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Filosofia e Ciências da Educação (EDF), Programa de Pós-graduação em Educação. São Paulo, Email: cassiasofiato@usp.br

DOI: 10.21680/2596-0113.2024v7n1ID38032

Citation: Gonzalez, Flávio; Sofiato, Cassia Geciauskas. (2024). Educação laboral para pessoas cegas e surdas no Brasil oitocentista, *History of Education in Latin America- HistELA*, 7(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/38032>

Competing interests: The author has declared that no competing interests exist.

Editor: Olivia Moraes de Medeiros Neta

Received: 30/08/2024

Approved: 05/10/2024

OOPEN ACCESS

Resumo

O presente estudo apresenta um levantamento sobre o ensino de ofícios para pessoas cegas e surdas no Brasil no século XIX. Objetiva inventariar os ofícios ensinados no Imperial Instituto dos Meninos Cegos e no Imperial Instituto para Surdos-Mudos e refletir sobre seus projetos de formação. Para isso, optou-se pela abordagem qualitativa e o estudo bibliográfico e documental. Verificou-se que havia uma preocupação com o tema por razões econômicas e sociais, incluindo um viés higienista, buscando alinhar a educação brasileira com as melhores práticas, sobretudo francesas. Os resultados demonstram que ofícios fabris e mecânicos, de status inferior ao das profissões consideradas mais nobres, foram a escolha para estas primeiras tentativas de educação laboral de pessoas com deficiência no país.

Palavras-chave: Educação Profissional. Educação Especial. História da Educação Especial. Pessoas com Deficiência.

Abstract

The present study presents a survey of the teaching of trades for blind and deaf people in Brazil in the 19th century. It aims to inventory the trades taught at the Imperial Instituto dos Meninos Cegos and the Imperial Instituto para Surdos-Mudos and reflect on their training projects. For this, we opted for a qualitative approach and bibliographic and documentary study. It was found that there was a concern with the topic for economic and social reasons, including a hygienist bias, seeking to align Brazilian education with best practices, especially French ones. The results demonstrate that manufacturing and mechanical trades, with a lower status than professions considered more noble, were the choice for these first attempts at labor education for people with disabilities in the country.

Keywords: Professional Education. Special Education. History of Special Education. People with Disabilities.

Introdução

A educação de pessoas cegas e surdas no século XIX, sobretudo a partir de 1854, com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e em 1857, com a criação do Imperial Instituto para Surdos-Mudos de ambos os sexos, reveste-se de singular importância por erguer as bases de tudo aquilo que, desde então e no século seguinte, se converteria no processo educacional mais amplo de formação de pessoas com deficiência, sendo, por isso, essencial para a compreensão da constituição do campo da Educação Especial no Brasil. Nela, juntamente com a instrução direcionada aos públicos em questão, já se fazia presente a preocupação com a educação laboral. Nos excertos a seguir, podemos vislumbrar a finalidade de cada instituto e sua organização, respectivamente:

Art. 1º O Imperial Instituto de meninos cegos tem por fim ministrar-lhes: A instrução primária; A educação moral e religiosa; O ensino de música, o de alguns ramos de instrução secundária, e o de ofícios fabris (Brasil, 1854, p.01).

Regenerar uma classe inteira de seres desgraçados muito tempo abandonados, pô-los na posse de uma instrução impossível de adquirir de qualquer outro modo, por meio de methodo especial, restitui-los á sociedade, á sua família, e pô-los em estado de poderem um dia dirigir seus próprios negócios, tal tem sido o fim da fundação do estabelecimento (Almanak Laemmert, 1859, p. 478).

Os *officios fabris* referidos no primeiro excerto remetem, obviamente, à ideia de trabalho ou oficina. Segundo o Dicionário Escolar Latino-Português (Faria, 1962), *faber*, cuja tradução do latim é “fábrica”, significa “operário”, “carpinteiro”, “marceneiro”, “serralheiro”, “ferreiro”, assim como “officio”, do latim *officium*, significa, em tradução literal, “trabalho”, “execução de uma tarefa”, “tarefa a executar”.

Há, entretanto, acerca do século XIX, uma interessante discussão sobre a diferenciação dos termos profissão e ofício, que, para bem compreendermos o programa de formação dos institutos em questão, é necessário que seja abordada. Oliveira (2022, p. 153-154), ao discutir esses termos a partir da realidade do Rio Grande do Sul em documentos do século XIX, cita, à título de ilustração, uma circular, acompanhada de mapas e formulários a serem preenchidos, emitida em 1834 pelo então encarregado de estatísticas da Província e seus diversos distritos, José Marcelino da Rocha Cabral. Segue na íntegra:

“Hl.mo Sr.

Achando-me encarregado da organização da Statistica da Província, como oficialmente terá constado a V.Sa., para cumprimento dessa importante, e difficil commissão, lhe mister que V.S3., dentro do seu districto, satisfaça aos quezitos incluídos nos mappas que acompanhão este officio; e para isso deve mandar chamar os seus Inspectores de quarteirões, e ordenar-lhes que, dirigindo-se a cada hum dos chefes de familias, individualmente indaguem sobre todos os objectos relatados nos ditos mappas; que formem huma relação circunstanciada das pessoas com as declarações das idades, sexos, cores, estados, naturalidades, condições, profissões, officios, e todas as mais que são necessárias para satisfazer aos indicados quezitos, não esquecendo de perguntar, retomar lembrança sobre o numero de gado que possuem, e a criação que tiverão no anno próximo passado, em cada hum dos gêneros expecificados no mappa B, assim como a respeito de carretas, e carros, ou outros meios de transporte, e depois que, sommando todas essas relações, prehenchão hum mappa do modelo A., e outro do modelo B., que V.Sa. para isso fará copiar, em tantos exemplares quantos forem os Inspectores” (Fundação de Economia e Estatística, 1981, p. 52).

É de se notar que os termos profissões e offícios são apresentados como distintos. O mesmo documento não deixa dúvidas sobre a diferenciação, já que contém os mapas a serem preenchidos, dos quais temos, a título de exemplo, o modelo a seguir (Figura 1):

Figura 1 – Mapa divisão por classes, profissões, artes e ofícios

Profissões	Naturali- dades		Artes liberais e ofícios mecânicos	Pessoas Pertencentes ao Império compre- hendidos os escravos			Estrangeiros			Observações
	Nacionais	Estrangeiros		Mestres	oficiais	Aprendizes	Mestres	oficiais	aprendizes	
Clerigos Sculares			Desenho							
Clerigos Viglares			Pintura							
Empregados públicos pagos pelo Estado			Architettura							
Estancieros			Escultura							
Proprietários de bens rusticos e urbanos			Musica							
Indivíduos que vivem de rendas			Dança							
Indivíduos que anem alguns trabalhos as suas rendas			Ourives de ouro e prata							
Capitalistas que vivem de premios			Relojoeiros							
Comerciantes			Carpinteiros							
Caixeiros e empregados do comércio			Pedreiros							
Bachareis Formados			Marceneiros							
Advogados			Calafates							
Médicos			Funileiros e latoeiros							
Cirurgiões			Alfaiates							
Boticarios			Capateiros							
Criador de servos			Chapeleiros							
Mendidos			Coveiros							
			Ferreiros e serralheiros							
Somma			Somma							

Fonte: Fundação de Economia Estatística (1981).

Com base na Figura 1, podemos vislumbrar a hierarquização social das diferentes “profissões”, “artes liberais e ofícios mecânicos”, sendo que esta última expressão aparece como sinônimo de *officios fabris* no artigo 27 do Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854, que deu origem ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos (Brasil, 1854). Assim, depreende-se que, se tomarmos com rigor as distintas expressões, não se pode falar propriamente de educação profissional, mas sim laboral ou ainda ensino de ofícios, havendo, portanto, uma clara distinção hierarquizada entre elas.

No Brasil oitocentista, conforme aponta Oliveira (2022, p. 157), os trabalhos manuais eram desvalorizados e considerados aviltantes, já que historicamente eram realizados por pessoas escravizadas e “no que se refere aos ofícios, há uma série de atividades que estão estreitamente relacionadas ao trabalho manual”. Este recorte é de significativa importância para a compreensão de que, embora houvesse, por razões que veremos adiante, uma preocupação com a profissionalização das pessoas com deficiência desde então, havia para esse grupo um lugar específico de subalternidade a ser ocupado uma condição que, talvez, tenha se perpetuado ao longo do tempo. Isso é evidenciado por alguns levantamentos recentes sobre o panorama das pessoas com deficiência contratadas no serviço público federal, como ocorre no trabalho de Souza, Silva e Rodrigues (2022, p. 10), demonstrando que “em relação ao número total de servidores, o percentual de pessoas com deficiência que ocupam cargos de liderança é totalmente irrisório”.

Reforçando esta ideia, temos ainda, conforme citado por Mattos (1987), uma declaração feita em 1844 por João Caldas Viana, então presidente da Província do Rio de Janeiro, na qual ele dizia:

A fundação do Colégio das Artes Mecânicas, criado pela Lei nº 37, de 22 de dezembro de 1836, fazendo os filhos de pais pobres habilitarem-se num ofício mecânico, aprendendo-o com perfeição, deve garantir um futuro à nossa população indigente, dar-lhes o hábito do trabalho, costumes e um emprego, tornando-os assim cidadãos úteis e

pacíficos indivíduos que agulhoados pelas necessidades naturalmente se teriam engolfado no pejo dos vícios e do crime (Mattos, 1987, p. 263-264).

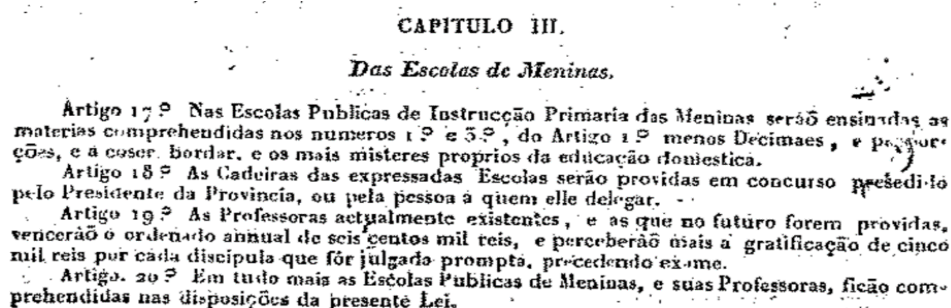
Este discurso, proferido anos antes do contexto que pretendemos apresentar, sugere ainda outro aspecto relevante acerca do ensino de ofícios, que era seu caráter higienista:

Acreditava-se que do atraso em que ainda se encontrava a instrução primária, às vésperas da Maioridade, resultavam, em grande parte, a frequência de crimes, os focos de desordem e a ausência de tranquilidade pública. Acreditava-se também, como na Europa das 'nações civilizadas', que da perfeita combinação entre instrução e trabalho bons frutos resultariam. De uma parte, a eliminação da indigência, de outra um corretivo para a delinquência (Mattos, 1987, p. 263).

É muito provável que, no que tange à temática deste presente artigo, as pessoas cegas e surdas eram compreendidas, ao menos potencialmente, como fortemente suscetíveis à indigência, o que representava não apenas um problema de caráter social, mas também econômico, pois de alguma maneira elas representariam um ônus para os cofres do Império.

Deve-se ainda constatar que, ao tratarmos do ensino de ofícios, estes eram destinados especificamente aos “meninos”, pois, segundo às concepções da época, às meninas, fossem elas cegas, surdas ou não, era destinada a educação doméstica. É o que vemos, por exemplo, na Lei nº 14, de 1837, da Província do Rio Grande do Sul, capítulo III, artigo nº 17, quando diz que a elas seriam ensinadas atividades tais como “coser, bordar, e os mais misteres próprios da educação doméstica” (Rio Grande do Sul, 1837), como podemos ver a seguir (Figura 2):

Figura 2 – Excerto sobre legislação do Rio Grande do Sul



Fonte: Arquivos da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul (2024).

Vale salientar que, muito embora o foco do presente trabalho esteja centrado mais especificamente na cidade de Rio de Janeiro, então capital do Império, o conjunto de documentos acabam por demonstrar o modo de se pensar a educação no período.

Com base no exposto até aqui, o objetivo deste estudo é inventariar os ofícios ensinados no Imperial Instituto dos Meninos Cegos e no Imperial Instituto para Surdos-Mudos, além de refletir sobre o projeto de formação para pessoas com deficiência no século XIX.

Metodologia

Este estudo possui uma abordagem qualitativa e é do tipo bibliográfico e documental. De acordo com Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida “com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Ainda segundo o autor:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes... [...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2002. p. 45).

No caso do presente estudo, as fontes primárias utilizadas foram leis, decretos e normas de caráter jurídico, além de relatórios dos ministros e secretários de Estado e dos negócios do Império e relatórios dos diretores dos institutos envolvidos. O recorte temporal estabelecido para a pesquisa foi de 1854 a 1889, datas que, respectivamente, denotam a fundação da primeira instituição brasileira para pessoas cegas e o fim do período Imperial.

Resultados e discussão

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente denominado Instituto Benjamin Constant, e o Imperial Instituto para Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), foram as primeiras instituições fundadas no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, para a educação de pessoas com deficiência, incluindo o ensino de ofícios como proposta de profissionalização, sendo, portanto, de grande relevância na constituição do campo da Educação Especial no país.

Sob influência francesa, diversos fatores colaboraram para a fundação e a inserção do ensino de atividades laborativas: a preocupação em não onerar ou desonerar os cofres públicos, a necessidade de posicionar o país como “civilizado” e “moderno” perante o continente europeu, além de fatores pessoais dos principais atores envolvidos, o que sugere também um olhar filantrópico e social sobre o tema, em que pese as razões políticas e econômicas prioritárias.

No que se refere à educação para o trabalho, o ensino de ofícios, fabris e mecânicos, foi a tônica adotada nas instituições. Isso representava, por um lado, a legítima preocupação com o futuro dos alunos cegos e surdos e suas necessidades de subsistência, o que não deixa de ser uma tentativa louvável de inserção social. Por outro lado, também refletia um olhar higienista como forma de prevenção à mendicância, endereçando a este público atividades consideradas de menor relevância, de certo modo “inferiores”, associadas ao fracasso escolar. Muitas delas eram compreendidas como trabalhos usualmente realizados por pessoas escravizadas, isto é, não remuneradas.

Tudo isso revela o caráter ambíguo dessa tentativa de alguma “profissionalização”, compreendendo-se também que eram as possibilidades disponíveis à época, quando talvez nem se cogitasse uma formação mais “nobre” e “superior” a um público compreendido como “desvalido”, o que não subtrai, evidentemente, o mérito dessas iniciativas e do esforço dos atores citados, que provavelmente eram também imbuídos de idealismo e legítima preocupação com o público.

Enfim, são múltiplas e complexas as motivações que permitiram a constituição de instituições tão sólidas que sobrevivem até hoje. O alcance dessas iniciativas, entretanto, era bastante restrito, com recortes de gênero, centrado na capital do país

e para um grupo bastante reduzido de alunos, mas sua importância e legado precisam ser reconhecidos.

Nas seções a seguir, serão apresentadas as ações desenvolvidas em cada instituto, a fim de garantir a formação dos alunos matriculados em algum ofício, suas motivações e desafios pontuais observados ao longo da segunda metade do século XIX.

O ensino de ofícios no Imperial Instituto dos Meninos Cegos

A respeito da fundação do instituto, as figuras mais lembradas são: José Álvares de Azevedo, um jovem cego que havia estudado no *Institution des Enfants-Aveugles*, Instituto dos Meninos Cegos de Paris, atualmente chamado de *Institut National Des Jeunes Aveugles*; e José Francisco Xavier Sigaud, médico franco-brasileiro de grande relevância, sendo um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, cuja filha, Adèle Marie Louise Sigaud, era cega.

Leão e Sofiato (2019, p. 284), ao constituírem a trajetória da fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, relatam que “o Governo só toma de fato a iniciativa de instalar, na Corte, um instituto para cegos, a partir da chegada do novo ministro, Luiz Pedreira de Couto Ferraz, em 6 de setembro de 1853. A participação do referido ministro também foi decisiva para a fundação de um instituto para a educação de surdos três anos depois.

Conforme já mencionado, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos tinha como objetivo a formação intelectual, moral e religiosa dos alunos cegos que ali ingressavam. Para isso, contava com um programa de ensino composto por disciplinas e por uma proposta de formação em algum ofício no século em questão. O instituto, no período estudado, contou com a gestão de três diretores, a saber: José Francisco Xavier Sigaud, cuja gestão foi de 1854 a 1856; Claudio Luiz da Costa, que atuou como diretor de 1856 a 1868, até falecer; e Benjamin Constant Botelho de Magalhães, cuja gestão foi 1869 até o ano de 1889.

Fazia parte do programa de instrução, primeiramente o ensino elementar, as seguintes disciplinas: Grammatica Portuguesa e Arithmerica. Em relação ao ensino secundário, as disciplinas eram: Mathemática e Sciencias Naturaes, Religião, Geographia e Historia (Antiga, Média e Moderna), Doutrina Cristã, Língua Francesa, Noções de Física, Química e História Natural, Musica Vocal, Instrumental e Astronomia. Para as alunas, as disciplinas eram costura e mais trabalhos próprios (Almanak Laemmert, 1854-1889).

Em 1855, um ano após a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira de Coutto Ferraz, comentou em seu relatório que o diretor do Instituto brasileiro dirigiu-se ao Instituto de Paris com a finalidade de contratar um moço cego, habilitado em diferentes ofícios, como o de torneiro, cesteiro, etc.; além do sistema de imprimir em pontos salientes, para começar no estabelecimento o ensino de artes mecânicas, como um meio de distração para os alunos “abastados” e como um recurso para os alunos “pobres”. Nesse sentido, tal pensamento, acompanhava a tendência geral da educação brasileira, que via na educação de alunos considerados pobres, uma forma de subsistir na sociedade em desenvolvimento (Schueler, 1999).

Por meio dos documentos analisados, verificamos que o ensino laboral, que fazia parte do projeto de formação dos alunos cegos, oferecia e desenvolvia oficinas profissionalizantes, como as de arte tipográfica e encadernação, música e afinação

de pianos para alunos do sexo masculino, e música e diversos trabalhos de agulha para alunas do sexo feminino (Magalhães, 1870).

Além disso, considerando os relatos dos diretores Claudio Luiz da Costa (1866) e Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1869), não era possível a expansão do trabalho em função da inadequação do prédio em que se encontravam, que possuía muitas limitações, entre elas, as relativas ao espaço e outras ligadas ao atendimento das normas previstas pelo higienismo.

Em 1866, o diretor Cláudio Luiz da Costa, em relação à oficina de tipografia, assinalava que os alunos participantes já haviam atingido o grau de perfeição desejável na fabricação do produto, mas a quantidade produzida era pequena, devido à lentidão dos trabalhos. Quanto à oficina de encadernação, os produtos ainda não haviam alcançado a perfeição desejada, pois os trabalhos caminhavam a “passos lentos”. Assim, a produção acompanhava o ritmo dos alunos cegos, mas a avaliação da qualidade do que era produzido era perene.

O diretor Benjamin Constant, em 1871, assumia a atuação diferenciada do aluno cego e defendia o exercício das funções em oficinas específicas para tal público:

[...] a condição do artista cego ou trabalhador cego é em geral inferior á do que tem vista...[...] os cegos n'uma officina ordinaria com aparelhos e instrumentos proprios para artistas videntes nenhum proveito podem tirar; mas convenientemente educados em oficinas apropriadas á sua condição podem rivalizar com os que têm vista, quer na rapidez do trabalho, quer na perfeição delle... (Magalhães, 1871, p. A-C1-11).

As alunas matriculadas no instituto produziam outros tipos de itens relacionados à costura à mão, já que não podiam utilizar máquinas. Os produtos resultantes do trabalho incluíam meias, diversos objetos de lã, rendas de agulhas, obras de crochê, enfeites com vitrilhos, flocos, canutilhos e fitas, além de “carcaças” de arame, entre outros (Costa, 1867).

Assim, a educação feminina era oferecida de acordo com os preceitos da época, contando, além disso, com a participação de Adèle Marie Louise Sigaud, filha do Dr. José Francisco Xavier Sigaud e professora do instituto desde sua fundação (Almanak Laemmert, 1855). Este tipo de formação foi oferecido durante todo o período estudado para as meninas cegas.

A partir dos registros estudados, verificamos que alguns ex-alunos dos Imperial Instituto dos Meninos Cegos conseguiam desempenhar o ofício aprendido quando saíam da instituição, conforme o relato de Magalhães (1877):

Muitos ex-alumnos, cujos nomes tenho por vezes declinado em outros relatorios, como V. Ex. poderá verificar, vivem hoje sobre si como professores de musica, afinadores de piano e organistas em diversas igrejas, e ganham bastante para se manterem com decência e ás suas famílias, pois quasi todos são casados e tem filhos (Magalhães, 1877, p. A-D2-20).

Entretanto, nem todos tinham a mesma sorte, apesar do empenho dos formadores.

Assim como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o Imperial Instituto para Surdos-Mudos também investia na formação laboral dos alunos, mas não encontramos registros que demonstrassem uma ação conjunta dos referidos institutos nesse sentido; em vez disso, encontramos registros de ações e encaminhamentos de cada instituição separadamente.

O ensino de ofícios no Imperial Instituto para Surdos-Mudos

Outro marco na história e constituição do campo da educação especial no Brasil e do ensino profissionalizante para pessoas com deficiência foi, sem dúvida, o Colégio Nacional dos Surdos-Mudos, fundado em 1º de janeiro de 1856. Mais tarde, em 1857, tornou-se o Instituto Imperial para Surdos-Mudos e, em 1901, passou a ser denominado Instituto Nacional dos Surdos-Mudos.

No período delineado para este estudo, o Imperial Instituto para Surdos-Mudos teve cinco diretores: Edouard Huet (1856-1861); Frei João Monte do Carmo e Ernesto Prado (1861-1862); Manoel de Magalhães Couto (1862-1868) e Tobias Rabello Leite (1868-1896) (Rocha, 2007). Por conta do recorte estabelecido para nosso estudo, a gestão de Tobias Rabello Leite será abordada até o ano de 1889, não se constituindo como foco adentrar o período que corresponde à República do Brasil.

O programa de instrução do instituto compreendia as seguintes disciplinas à época de sua fundação:

Escreita e leitura, elementos da língua nacional-grammatica, noções de religião e dos deveres sociaes-cathecismo, geografia a história do Brasil, história sagrada e profana, arithmetica, desenho, escripturação mercantil. Lições de agricultura theorica para os meninos e trabalhos usuaes de agulhas para as meninas. Dar-se-hão outrossim, lições de pronuncia, articulação e de leitura aquelles indivíduos em quem se reconhecer aptidão para semelhantes exercícios (Almanak Laemmert, 1856, p. 406).

Faz-se necessário destacar que, além da instrução escolar, que foi apresentando algumas alterações curriculares até o ano de 1889 (Sofiato, 2018), a ideia de formar o surdo em algum ofício estava expressa no Decreto 4.046, de 19 de dezembro de 1867, anterior à gestão de Tobias Rabello Leite, que, em seu artigo 20, traz a seguinte orientação:

Os alumnos que mostrarem pouca aptidão para os estudos do Instituto deverão aprender, depois de concluidos os do 3º anno, e com approvação do Governo Imperial, a arte liberal ou mecanica para a qual tenham vocação, no conceito do Director, continuando o Instituto a ministrar a estes alumnos a possivel instrucção nas horas que tiverem disponiveis, bem como o sustento, o vestuario, e o curativo, até completarem 5 annos desde a época de sua admissão (Brasil, 1867, n. p.).

A orientação anterior sugere que, de alguma maneira, o ensino de ofícios estaria associado ao fracasso escolar, sendo, portanto, mais uma vez, considerado um conteúdo inferior no que se refere ao currículo mais amplo da escola. Outra observação, que extrapola os objetivos do presente trabalho, mas que merece ser citada, são os itens 2º e 3º no artigo de nº 15, que diz que não poderão ser admitidos na instituição “os que se acharem em estado de idiotismo, e por isso incapazes de instrucção” e “os escravos”, ou seja, as pessoas surdas que tivessem deficiência intelectual ou fossem escravizadas estavam impedidas de receber instrução pública, fosse ela comum ou profissionalizante.

O diretor Tobias Rabello Leite, no período analisado, foi o que mais manifestou e defendeu a necessidade de profissionalização do aluno surdo. Essa foi uma marca muito forte de sua gestão e que se encontra alinhada com a prática de outros colégios da época. Existe uma afirmação feita pelo diretor que ilustra bem esse pensamento:

O fim dos Institutos dos surdos-mudos não é formar homens de letras, como parece ter sido o pensamento do Regulamento n. 4.046 de 19 de dezembro de 1867; o fim único destes estabelecimentos é arrancar do isolamento, que embrutece, os infelizes privados do instrumento essencial para a manutenção e desenvolvimento das relações sociais; é enfim converter em cidadãos úteis indivíduos que lhe pesão, e a damnificação involuntariamente (Leite, 1869, p. 4).

O ensino profissional, de acordo com Leite (1869) era o complemento de todos os institutos de surdos-mudos e era praticado conforme as disposições físicas e aptidões de todos os alunos, exceto os poucos filhos de famílias abastadas que o recusavam. No Instituto Nacional de Surdos Mudos de Paris, instituição de referência para o Brasil e outros países do mundo, havia também um programa de formação em algum ofício, segundo Estimado e Sofiato (2016), o que pode ter influenciado as escolhas dos gestores brasileiros, tendo em vista a influência da França na educação de surdos.

O exercício laboral não poderia deixar de fazer parte do programa de formação da instituição, mas, na realidade, seria uma forma de educar a infância considerada “pobre” que existia no país (Schueler, 1999), conforme já enunciado neste estudo.

No Regulamento que da nova organização ao Instituto dos Surdos-Mudos, criado por meio do Decreto nº 5435, de 15 de outubro de 1873, o ensino profissionalizante, no capítulo VI, assim se apresentava:

Art. 33. Serão estabelecidas no Instituto as oficinas que o Governo julgar convenientes. Estas oficinas serão dirigidas por artistas dos Arsenaes de Guerra ou de Marinha, ou contractados pelo Director como fôr mais conveniente.

Art. 34. Todos os alumnos são obrigados a aprender o officio ou arte que lhe fôr designada. Na designação do officio ou arte a que os alumnos devam ser applicados o Director attenderá ao estado physico, e quanto seja possivel, aos desejos da familia do alumno. Art. 35. O maximo do tempo de trabalho dos alumnos nas oficinas será de 4 horas por dia. O Director exercerá severa vigilancia para que os mestres das oficinas não abusem das forças do alumno, nem por qualquer modo os maltratem. Art. 36. A aquisição de materia prima, o destino dos productos das oficinas, e o modo de fiscalisal-as serão prescriptos por instrucções especiaes. Art. 37. Aos artefactos das oficinas se dará um valor, do qual metade será escripturado como renda do Estado, e a outra metade pertencerá aos alumnos que nelles tiverem trabalhado. As quantias pertencentes aos alumnos serão recolhidas á Caixa Economica para lhes serem entregues quando deixarem o Instituto (Brasil, 1873, n. p).

Para levar a cabo a perspectiva de formação neste sentido, o diretor Tobias Rabello Leite criou a oficina de horticultura, primeiro como uma forma de diversão para os alunos, e depois com o fito de profissionalizá-los. Outro ofício incentivado foi o de sapateiro, mas com destaque a um dos alunos, Joaquim do Maranhão. Ele aprendeu o ofício com um mestre contratado por Tobias Rabello Leite e passou a produzir sapatos para os colegas de Instituto (Mello, 1859). Em 1873, Tobias Rabello Leite recebeu autorização para estabelecer duas oficinas: a de sapataria (para oferecer a mais alunos do instituto) e a de encadernação. Mas para que a oficina de encadernação pudesse funcionar, era preciso que chegassem as máquinas e utensílios encomendados da Europa.

Em 1888, além das oficinas descritas, o instituto passou a ter uma escola agrícola e os alunos podiam se familiarizar com o cultivo de café, cana, cacau, algodão e cereais, assim como a criação de abelhas e extração de mel (Vianna, 1888). Diante disso, é importante frisar que o diretor Tobias Rabello Leite acreditava na necessidade do ensino profissional para os alunos surdos, em virtude da natureza agrícola do país à época. Além disso, essa necessidade se justificava pela dificuldade pedagógica apresentada por alguns alunos surdos ao longo de sua escolarização, especialmente no que diz respeito à aquisição da língua oral, uma vez que a proposta de trabalho para o desenvolvimento linguístico se baseava no oralismo.

Como podemos observar, a designação da oficina para os alunos era feita pelo diretor e os alunos não tinham muitas opções de escolha, diferente do que ocorria no instituto

de Paris, que considerava o gosto do aluno e de sua família em relação à escolha de um ofício, além de contar com algumas outras possibilidades, como a escultura em madeira, a tipografia, a litografia, a carpintaria, a sapataria e a horticultura (Sofiato; Carvalho; Coelho, 2021).

O diretor dizia que as oficinas não tinham por objetivo produzir renda e que seu fim era o de preparar *artistas* que iriam aumentar a indústria nacional. Em 1874, acrescentava que era o ramo mais importante do serviço do instituto e que merecia do governo maior solicitude, pois a educação que se dava aos surdos pouco valeria se não soubessem uma profissão, que lhes desse meios de subsistência e salvaguarda de vícios que acompanhavam a ociosidade. Essa preocupação pode ser observada em função da criação de uma espécie de poupança para cada aluno que atuava na oficina, quantia que seria obtida com a venda dos produtos produzidos e recolhida à Caixa Econômica para ser entregue na ocasião de saída dos alunos do instituto.

No período estudado, de acordo com os relatórios pesquisados, percebe-se que apenas três oficinas foram designadas e oferecidas aos meninos surdos, enquanto as meninas não participavam dessas atividades. A elas cabia outro tipo de atividade, voltada para o trabalho manual, como os trabalhos de agulha, bordados e economia doméstica (Almanak Laemmert, 1863). A elas cabia aprender a coser, lavar, cozinhar e engomar, e, no caso desse instituto, a formação em pauta foi oferecida até o ano de 1873, pois não havia acomodações adequadas para separar a educação de meninos e meninas. Assim, as alunas surdas foram desligadas do estabelecimento e retornaram ao seu local de origem.

Considerações finais

É preciso estudar o passado para compreender o presente e reinventar o futuro. O presente trabalho, que pretendeu estudar a educação laboral de pessoas surdas e cegas no Brasil oitocentista, considerando a dificuldade de localizar as fontes primárias, apresenta naturalmente limitações quanto à quantidade e ao cruzamento de fontes para uma compreensão mais ampla do contexto da época, devendo ter continuidade por meio de outras pesquisas. Isto, entretanto, não invalida as conclusões aqui apresentadas, ainda que sejam provisórias para o momento, com base nos esforços empreendidos.

Com base na pesquisa realizada, podemos verificar que os institutos estudados compartilhavam a mesma ideia sobre a necessidade de formar os alunos em algum ofício que garantisse uma forma de subsistência quando se tornassem egressos. Essa formação buscava prevenir a mendicância e outros destinos sociais inaceitáveis, além de, em alguns períodos, alinhar-se às tendências econômicas da época.

As oficinas que foram criadas em cada instituto levavam em consideração a condição humana dos alunos e o que era possível oferecer com o subsídio do governo Imperial. Também vislumbramos as dificuldades para manter esse tipo de formação, uma vez que, por vezes, faltavam mestres ou materiais para o desenvolvimento do trabalho e a atuação dos gestores no sentido de mitigar os danos inevitáveis.

Muito do que identificamos na presente pesquisa se perpetua em nossa realidade, pois a exclusão de pessoas com deficiência do mundo do trabalho, sua segregação em ambientes substitutivos, sua destinação a cargos e funções considerados de menor relevância e baixa qualificação são fatos ainda presentes, embora mais de um século nos separe daquelas primeiras iniciativas.

Pessoas cegas ou surdas, assim como aquelas com outras deficiências, continuam, em sua maioria, à margem da sociedade, muitas das quais exigindo proteção de natureza pública e filantrópica, destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social. As que estão trabalhando, por outro lado, muitas vezes atuam em empregos precarizados, com baixa remuneração e sem perspectiva de ascensão de carreira e, conforme demonstram levantamentos diversos, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), publicada em 07 de julho de 2023 (IBGE, 2023), além das pessoas com deficiência em geral receberem salários inferiores aos das pessoas sem deficiência, ainda persiste o recorte de gênero, pois as mulheres com deficiência recebem menos que os homens nesta condição.

O século XIX, sob o Regime Imperial, inspirado nas melhores práticas da Europa, e a partir da iniciativa dos atores aqui citados, de algum modo lançou as bases dessa preocupação com as pessoas com deficiência. Podemos analisar tais iniciativas sob diversos ângulos, sublinhando aspectos mais ou menos positivos, conforme fizemos aqui. Não podemos, entretanto, acusá-lo de nada ter feito, de indiferença ou apatia. Se mais de um século depois a questão ainda não está resolvida, talvez devamos nos perguntar sobre o que fizemos para dar seguimento a esse trabalho iniciado há tanto tempo.

Fato é que, na contemporaneidade, as políticas públicas asseguram uma série de direitos às pessoas com deficiência, sendo um deles o direito ao trabalho. Contudo, garantir esses direitos tem sido um desafio para os atores sociais envolvidos, que lutam pelo direito à participação na vida econômica e social, na contramão da exclusão e do capacitismo ainda reinantes.

Referências

ALMANAK LAEMMERT (1844-1889). *In*: Center for Research Libraries: Global Resources Network, 1854. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em: 01 ago. 2024.

ALMANAK LAEMMERT (1844-1889). *In*: Center for Research Libraries: Global Resources Network, 1855. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em: 01 ago. 2024.

ALMANAK LAEMMERT (1844-1889). *In*: Center for Research Libraries: Global Resources Network, 1856. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em: 01 ago. 2024.

ALMANAK LAEMMERT (1844-1889). *In*: Center for Research Libraries: Global Resources Network, 1859. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em: 01 ago. 2024.

ALMANAK LAEMMERT (1844-1889). *In*: Center for Research Libraries: Global Resources Network, 1863. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. Crea nesta Côrte hum Instituto denominado Imperial Instituto dos meninos cegos. Coleção de Leis do Império do Brasil, v. 1, pt. I, p. 295, 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 4.046, de 19 de dezembro de 1867. Aprova o Regulamento Provisório do Instituto dos Surdos-Mudos. Coleção de Leis do Império do Brasil, v. 1, pt. II, p. 452, 19 dez. 1867. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4046-19-dezembro-1867-554346-publicacaooriginal-72928-pe.html>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5435 de 15 de outubro de 1873. Aprova o Regulamento que dá nova organização ao Instituto dos Surdos-Mudos. Coleção de Leis do Império do Brasil, v. 2, p. 797, 1873. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5435-15-outubro-1873-551638-publicacaooriginal-68188-pe.html>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, v. 1, pt. II, p. 196, 1879. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104669/1879_Decreto%207247_Reforma%20Leoncio%20de%20Carvalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Diário Oficial da União, 07 abr. 1925. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=16782-A&ano=1925&ato=01f0TRU5UeVpWT11d>. Acesso em: 30 jul. 2024.

COSTA, C. L. Imperial Instituto dos Meninos-Cegos: Relatório do Director. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

ESTIMADO, R. B; SOFIATO, C. G. A educação de surdos e cegos na França e no Brasil. Revista Educação Especial, v. 32, p.1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33087>. Acesso em: 02 ago. 2024.

FARIA, E. Dicionário Escolar Latino-Português. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Brasil, 1962.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Da Província de São Pedro ao Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2023. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

LEÃO, G. B. O. S; SOFIATO, C. G. A Educação de Cegos no Brasil do Século XIX: Revisitando a História. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v. 25, n. 2, p. 283-300, abr./jun. 2019.

LEITE, T. R. Instituto dos Surdos-Mudos: Relatório do Director. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1869.

MAGALHÃES, B. C. B. de. Instituto dos Meninos-Cegos: Relatório do Director. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

MAGALHÃES, B. C. B. de. Instituto dos Meninos-Cegos: Relatório do Commissario do governo e do director. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

MAGALHÃES, B. C. B. de. Instituto dos Meninos-Cegos: Relatório do Director. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877.

MATTOS, I. R. de. O Tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MELLO, M. .de S. e. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859. Disponível em: <https://archive.org/details/minguerra1858/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 30 jul. 2024.

OLIVEIRA, M. A. M. de. Profissões e Ofícios: as concepções acerca do trabalho e as instituições de ensino de ofícios na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o Século XIX. História Revista, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 146-168, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/74059>. Acesso em: 30 jul. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.837 de 10 de março de 1837. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29094053-1837-nunes-pires.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

ROCHA, S. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES, 2007.

SCHUELER, A. F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. Revista Brasileira de História, v. 19, n. 37, p. 59-84, set. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01881999000100004>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SOFIATO, C. G.; CARVALHO, P. V.; COELHO, O. A educação de surdos no Brasil no século XIX e o legado de países europeus. Revista Educação em Questão, v. 59, n. jan./mar. 2021, p. 1-25, 2021.

SOUZA, M. C. C.; SILVA, G. dos S.; RODRIGUES, L. S. A inclusão da pessoa com deficiência em cargos de liderança: um panorama do serviço público federal. Revista Interface Tecnológica, v. 19, n. 2, p. 444–455, 2022. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1464>. Acesso em 30 jul. 2024.

VIANNA, A. F. Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

Contribuições do autor:

Flávio Gonzalez – autoria.

Cassia Geciauskas Sofiato – coautoria.